



**Aos Trabalhadores da
Autoridade Tributária e Aduaneira**

FEDERAÇÃO REAFIRMA:

A REVISÃO> DAS CARREIRAS ESPECIAIS DA AT É PARA FAZER NO ÂMBITO DA AT

A FNSTFPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, convocada pelas Secretarias de Estado da Administração Pública e dos Assuntos Fiscais, participou numa reunião no passado dia 19 de janeiro, com o objetivo de proceder à abertura do processo negocial relativo às carreiras especiais da AT- Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não à integração das carreiras da AT no âmbito das Carreiras Inspetivas do Estado!

Nesta reunião, a Secretária de Estado da Administração Pública, começou por lembrar que as carreiras especiais da AT foram alvo de uma valorização no final do mandato do anterior Governo, facto que inseriu na vontade do Governo de valorização dos salários de todos os trabalhadores da administração pública.

A SEAP informou que o Governo, no âmbito do processo de “Reforma do Estado” em curso, retomou o processo de revisão das carreiras inspetivas do Estado e dos respetivos estatutos e que este processo negocial teria início a 29 de janeiro.

Comunicou que estava em avaliação a integração das carreiras especiais da AT no elenco das inspeções Gerais da Administração Direta do Estado, nesse sentido a revisão das carreiras especiais da AT seria incluída nesse processo.

A Federação manifestou estranheza relativamente à possibilidade de inclusão das carreiras especiais da AT, no elenco de inspeções gerais do Estado e manifestou a sua oposição a este objetivo político, considerando que as funções inspetivas da AT, são divergentes relativamente às restantes carreiras inspetivas.

É Urgente a Revisão do DL 132/2019

No que respeita em concreto ao processo negocial relativo à AT, o Governo propôs um “Protocolo Negocial”, que limita esse processo, às seguintes matérias ainda não regulamentadas no âmbito do DL 132/2019:

- a) A Avaliação Permanente dos trabalhadores da AT.
- b) O Regulamento de Transferências.

A Federação demonstrou à SEAP, que as matérias proposta para discussão eram importantes para os trabalhadores, mas era preciso ir mais além numa revisão mais profunda do DL 132/2019, nesse contexto a SEAP manifestou abertura para discutir com os Sindicatos outros assuntos de interesse para os trabalhadores da AT, temas a propor pelos Sindicatos em adenda ao protocolo.

Nesse sentido, afirmamos que a revisão do DL 132/2019 relativo às carreiras especiais da AT, deveria ser o primeiro tema do protocolo proposto pelo Governo.

Perante esta abertura da SEAP em discutir outros assuntos de interesse para os trabalhadores da AT, para além das matérias propostas, Federação assinou o protocolo e informou que apresentaria uma adenda com todas as matérias que justificam a urgência da revisão do DL 132/2019.

A Federação apresentou a seguinte adenda ao Protocolo de Negociação:

1.Revisão do Decreto-Lei n.º 132/2019, de 30 de agosto, relativo às carreiras especiais da AT, nomeadamente:

- Valorização salarial;
- A Recuperação do nível 2 de complexidade funcional;
- Clarificação dos conteúdos funcionais;
- Eliminação das diferenças salariais entre os trabalhadores das áreas Tributária e Aduaneira.

2. Gestão dos Recursos Humanos na AT:

Situação dos trabalhadores recrutados na BEP (Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos das carreiras gerais) e a mobilidade destes trabalhadores para as carreiras especiais.

3. Correção do Decreto-Lei n.º 59/2025, de 1 de abril, que aplicou a valorização remuneratória às carreiras especiais —

Revisão das regras de Reposicionamento nas novas tabelas.

Estas matérias foram colocadas em todas as reuniões, da Federação com o Governo e com a Direção da AT, lembrando os problemas que os trabalhadores de todas as áreas funcionais da AT enfrentam:

Valorização Salarial:

Decorre da necessidade de repor as diferenças relativas que existiam antes das valorizações das carreiras gerais e também promover medidas políticas que ponha cobro às diferenças salariais existentes entre os trabalhadores das áreas tributária e aduaneira.

Lembrámos que a Federação, embora considere positiva a valorização das carreiras ocorrida com o DL 59/2025, afirmou que a mesma aprofundou as desigualdades e as injustiças salariais existentes entre os trabalhadores tributários e os trabalhadores aduaneiros, que continuam amarrados ao seu suplemento remuneratório.

Nesse sentido, defendemos a Revisão das regras Transição e Reposicionamento Remuneratório, previstas no DL 132/2019.

Recuperação do Nível 2 de Complexidade Funcional:

A prática provou que a sua eliminação foi um erro grave de gestão dos recursos humanos, de facto existem muitos trabalhadores das carreiras gerais a exercerem funções especiais, gerando uma enorme injustiça em termos salariais.

Conteúdos Funcionais

É inaceitável que, por decisão administrativa da Direção da AT e sem cobertura legal, confunda as funções da carreira de Gestão, com as funções da carreira de Inspeção, quando o DL 132/2019 define conteúdos diferentes.

Gestão de Recursos Humanos

Mantém-se o recurso constante à BEP para recrutamento de trabalhadores para o exercício de funções especiais, a Federação é contra este tipo de recrutamento, mas a verdade é que estes trabalhadores têm contribuído de forma empenhada para sustentar a rutura funcional da AT, por tal não podem ser considerados como trabalhadores “prontos a usar”, não podem ser “descartáveis”, fazem falta organização, têm que ser valorizados.

É preciso garantir que estes trabalhadores entrem em concursos de mobilidade para as carreiras especiais da AT.

Correção do Decreto-Lei n.º 59/2025, de 1 de abril

A Federação defende a revogação do artigo 5º, que determina a perda de pontos no SIADAP, assim como, a revogação do artigo 7º relativo à norma transitória, os trabalhadores da AT, não podem ser prejudicados, nas suas carreiras profissionais, por estratégias subtis e pouco claras por parte do Governo.

A Federação tem sido consequente desde a publicação do DL 132/2019 pelo Governo PS (o qual não assinou) e mantém junto do Governo da AD a reivindicação da sua revisão.

O Governo, embora concorde com a existência de problemas, não é coerente, mostrando que pretende usar a “Reforma do Estado” para evitar a revisão específica das carreiras especiais da AT.

Temos que estar atentos!

Informa-te junto do teu sindicato!



fpsnacional.pt

Sindicaliza-te

